

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo

Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2015

e relatório dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco Patrimonial	5
Demonstração de Resultado	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas explicativas	10
1. Companhia e suas operações	10
2. Base de apresentação das demonstrações contábeis	11
3. Sumário das principais práticas contábeis	11
4. Estimativas e julgamentos relevantes	14
5. Novas normas e interpretações	15
6. Caixa e equivalentes de caixa	16
7. Contas a receber	17
8. Partes relacionadas	18
9. Despesas antecipadas	18
10. Imobilizado	19
11. Diferido	19
12. Tributos	20
13. Patrimônio líquido	21
14. Receitas	22
15. Despesa por natureza	23
16. Resultado financeiro líquido	23
17. Processos judiciais e contingências	23
18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	24
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	27



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e aos Quotistas
Baixada Santista Energia S.A

Examinamos as demonstrações contábeis da Baixada Santista Energia S.A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Baixada Santista Energia S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Transações com controladora

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 8 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Companhia mantém transações relevantes com empresas do Sistema Petrobras e que segue o plano de negócios da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações. Dessa forma, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Christiano Augusto Beleze dos Santos
Contador CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15	6	Fornecedores		1.075	1.083
Contas a receber, líquidas	7	41.339	29.641	Dividendos a pagar	13.3	891	-
Imposto de renda e contribuição social	12.1	31.181	23.989	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		415	367
Impostos e contribuições	12.1	8.866	9.837	Outras contas e despesas a pagar		6	-
Despesas antecipadas	9	38.142	36.308			<u>2.387</u>	<u>1.450</u>
		<u>119.543</u>	<u>99.781</u>				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	4.747	2.030
Contas a receber, líquidas	7	97.722	91.239				
Outros ativos não circulantes		1.503	-				
		<u>99.225</u>	<u>91.239</u>				
Imobilizado	10	79.081	83.090	Patrimônio líquido			
Diferido	11	9.282	11.138	Capital social realizado	13.1	297.136	297.136
		<u>88.363</u>	<u>94.228</u>	Reservas de Lucros	13.2	2.861	-
				Prejuízos acumulados		-	(15.368)
						<u>299.997</u>	<u>281.768</u>
		<u>307.131</u>	<u>285.248</u>			<u>307.131</u>	<u>285.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2015	2014
Receita	14	68.480	60.395
Custos	15	(76.876)	(71.530)
Prejuízo bruto		(8.396)	(11.135)
Receita (despesas)			
Gerais e administrativas	15	(6.354)	(6.329)
Tributárias	15	(4.540)	(3.302)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(3)
		(10.894)	(9.634)
Prejuízo antes dos resultado financeiro e impostos		(19.290)	(20.769)
Resultado financeiro líquido	16	43.001	35.005
Receitas financeiras		25.122	23.816
Despesas financeiras		(54)	(36)
Variações cambiais e monetárias		17.933	11.225
Lucro antes dos impostos		23.711	14.236
Imposto de renda e contribuição social	12.3	(4.591)	(2.864)
Lucro líquido		19.120	11.372
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		0,06	0,04

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas uma vez que não há componentes de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	19.120	11.372
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	5.865	5.865
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e outras	(35.741)	(30.640)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	2.717	2.030
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(4.614)	(2.912)
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(565)	(1.811)
Contas a receber - arrendamento financeiro	28.316	26.429
Impostos e contribuições	(6.221)	(6.352)
Despesas antecipadas	(1.834)	(2.840)
Outros ativos	(1.503)	809
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(8)	142
Outros passivos	55	367
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>5.587</u>	<u>2.459</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Investimento em recebíveis de ativos financeiros	(5.577)	(2.540)
Recursos líquidos investidos nas atividades de investimento	<u>(5.577)</u>	<u>(2.540)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	<u>9</u>	<u>(81)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	88
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>15</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito e integralizado	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros / (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	297.136	-	-	(26.740)	270.396
Lucro líquido				11.372	11.372
Saldos em 31 de dezembro de 2014	297.136	-	-	(15.368)	281.768
Dividendos adicionais propostos					
Lucro líquido				19.120	19.120
Destinações					
Apropriações do lucro líquido em reservas		188	2.673	(2.861)	-
Dividendos mínimos obrigatórios				(891)	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	297.136	188	2.673	-	299.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2015	2014
Receita de vendas e serviços	75.460	66.551
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas	-	-
Custo das mercadorias	(7.745)	(6.380)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.620)	(57.078)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(4.901)	(8.530)
	(82.266)	(71.988)
Valor adicionado bruto	(6.806)	(5.437)
Depreciação e amortização	(5.865)	(5.865)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(12.671)	(11.302)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	43.055	35.041
Valor adicionado a distribuir	30.384	23.739
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	11.210	12.331
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	54	36
Acionistas		
Dividendos	3.564	
Lucros retidos	15.556	11.372
	19.120	11.372
Valor adicionado distribuído	30.384	23.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. - BSE (“Companhia”) foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 20 de dezembro de 2007, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras cedeu à Companhia, contrato de arrendamento operacional de ativos da Usina Termelétrica Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo, o qual se tornou eficaz a partir de 21 de maio de 2008. O contrato estabelece pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos.

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia com a Petrobras até 31 de dezembro de 2027, para fornecimento médio ao longo do contrato de até 99 MW em 2008, até 180 MW entre janeiro de 2009 e junho de 2010 e até 228 MW a partir de julho de 2010 no submercado Sudeste/Centro-Oeste. O preço era equivalente ao valor do “PLD médio” nesse submercado, acrescido de um valor variável durante a vigência do contrato.

A Companhia celebrou em janeiro de 2013 contrato de disponibilidade de máquinas referente a dois turbogeradores, vinculados à Usina Termelétrica Piratininga, com sua controladora. O contrato prevê pagamentos mensais de R\$ 5.150 até julho de 2016. A Agência Nacional de Energia Elétrica homologou essa operação em 29 de janeiro de 2013.

1.2. Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou contrato de arrendamento mercantil financeiro de um conjunto turbogerador, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua controladora. Este contrato estabelece pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 17 anos.

1.3. Comodato

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de comodato do segundo conjunto turbogerador, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, com a sua controladora, por 730 dias.

Este contrato de comodato encerrou-se em 19 de fevereiro de 2016, estando a Petrobras obrigada a restituir o conjunto turbogerador em até 90 dias, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acrescido de todas as benfeitorias realizadas.

Em caso de atraso na devolução do bem dado em comodato, a Petrobras incorrerá em multa diária no valor de R\$ 5.

Considerando a inexistência de novos projetos na Companhia e o interesse do sócio majoritário na utilização definitiva deste segundo conjunto turbogerador, esta em andamento, com previsão de término ainda no 1º semestre de 2016, a redução de capital mediante a transferência deste ativo.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1. Reapresentação das demonstrações contábeis

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o período atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia e estão detalhadas a seguir:

- Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC-NP) apresentados no ativo circulante, reclassificados de caixa e equivalentes de caixa para contas a receber (nota explicativa 7).

A seguir, os efeitos dessas reclassificações no Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial	31.12.2014		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	19.953	(19.947)	6
Contas a receber, líquidas	9.694	19.947	29.641
Total do Ativo	29.647	-	29.647

2.2. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.1.2. Contas a receber e os direitos creditórios (FIDC)

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece o recebível pelo valor presente decorrente da operação de arrendamento mercantil financeiro, constituído pelos pagamentos mínimos durante o prazo do arrendamento mercantil, excluindo pagamentos contingentes, custos relativos a serviços e impostos a serem pagos pela Companhia e a eles reembolsados. Os rendimentos financeiros são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível ao valor presente.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada.

O ativo imobilizado da companhia é composto por dois conjuntos turbogeradores, sendo que um está arrendado para a Petrobras (nota explicativa 1.2) e o segundo está cedido em comodato (nota explicativa 1.3).

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 10.

3.3. Diferido

A Companhia manteve o saldo de ativo diferido de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado pelo prazo de 10 anos, e sujeito ao teste de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/2009. Decorre de gastos pré-operacionais, que começaram a ser amortizados a partir de 2011, em função da celebração do contrato de arrendamento mercantil (nota explicativa 1.2).

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do diferido com vida útil definida, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

3.5. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente a maioria dos riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), cujos efeitos nas demonstrações contábeis não foram materiais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

3.8. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber pela comercialização de energia, arrendamento mercantil e disponibilidade de máquinas, líquidos dos descontos, impostos e encargos.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir é apresentada informação apenas sobre prática contábil e estimativa que requer elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que pode afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Baixada Santista Energia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 18.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Novas normas e interpretações

a) IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamento mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 e não são esperadas variações significativas de ativos e passivos no seu balanço patrimonial.

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento técnico equivalente ao IFRS 16, que deverá substituir o pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, bem como interpretações correlatas, para a elaboração das demonstrações contábeis individuais.

b) Legislação tributária

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias:

- Revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Regulamentou o tratamento dos efeitos da adoção das normas contábeis internacionais (IFRS) na apuração dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, exceto os arts. 3º, 72 a 75 e 93 a 119, que entraram em vigor na data de sua publicação.

A regulamentação desta Lei se deu por intermédio da Instrução Normativa nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia optou pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 da Lei nº 12.973/2014, referentes à adoção do novo regime tributário, em substituição ao RTT, a partir do exercício de 2015. Dessa forma, não houve impactos nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2014.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	15	6
	15	6

Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa, com prazo de até 3 meses. A taxa média de rentabilidade dessas aplicações foi de 12,36% a.a. (10,39% a.a. em 2014).

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	2015	2014
Cientes		
Terceiros	1.821	1.732
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	107.102	99.201
Recebíveis de ativo financeiro (a)	30.138	19.947
	<u>139.061</u>	<u>120.880</u>
Circulante	41.339	29.641
Não circulante	97.722	91.239

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representado, pelo contrato de arrendamento mercantil financeiro do conjunto turbogerador, celebrado com a Petrobras. O contrato tem prazo de duração de 13 anos, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O valor presente dos recebimentos mínimos em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100.978 (R\$ 93.372 em 2014).

Não existem títulos vencidos em 31 de dezembro de 2015.

O saldo das contas a receber por vencimento está composto da seguinte forma:

	Financeiro		
	Valor Futuro dos Recebimentos	Juros Anuais dos Recebimentos	Valor Presente dos Recebimentos
Compromissos Estimados			
2016	30.915	(27.839)	3.076
2017 - 2020	123.659	(98.628)	25.031
2021 em diante	123.659	(50.968)	72.692
Em 31 de dezembro de 2015	<u>278.233</u>	<u>(177.435)</u>	<u>100.798</u>
Circulante	30.915	(27.839)	3.076
Não circulante	247.318	(149.596)	97.722
Em 31 de dezembro de 2014	<u>279.832</u>	<u>(186.460)</u>	<u>93.372</u>

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores, vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em julho de 2016. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, e o saldo em 31 de dezembro de 2015 soma R\$ 6.305 (R\$ 5.829 em 2014).

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa nº 18.4.

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não eram esperadas perdas na realização das contas a receber.

	2015	2014
	Petrobras	Petrobras
Resultado		
Receita de arrendamento mercantil financeiro	35.741	30.640
Receita de disponibilidade de máquinas	75.460	66.551
	111.201	97.191
Ativo		
Circulante		
Contas a receber por arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1.a)	3.075	2.133
Contas a receber por contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 7.1.b)	6.305	5.829
	9.380	7.962
Não circulante		
Contas a receber por arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1.a)	97.722	91.239
	107.102	99.201

8.2. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

9. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, no montante de R\$ 38.142 (R\$ 36.308 em 2014), referem-se, ao encargo semestral antecipado à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, relativo ao contrato firmado de arrendamento operacional dos ativos da Usina Termelétrica Piratininga.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Imobilizado

	Turbo Geradores
Saldo em 1º de janeiro de 2014	87.099
Depreciação	(4.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	83.090
Custo	100.250
Depreciação acumulada	(17.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	83.090
Depreciação	(4.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	79.081
Custo	100.250
Depreciação acumulada	(21.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	79.081
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	25

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos foi revisada em 2015, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

11. Diferido

	Gastos pré- operacionais
Saldo em 1º de janeiro de 2014	12.995
Depreciação	(1.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.138
Custo	18.563
Depreciação acumulada	(7.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.138
Depreciação	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.282
Custo	18.563
Depreciação acumulada	(9.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.282
Tempo médio de amortização	10

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Tributos

12.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2015	2014	2015	2014
No país:				
Imposto de renda - Prejuízo fiscal	20.550	18.439	-	-
Contribuição social - Base negativa	4.404	3.961	-	-
Imposto de renda a restituir	1.707	1.591	-	-
Imposto de renda	4.522	-	1	1
Contribuição social	-	-	1	1
	31.183	23.991	2	2

Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante	
	2015	2014
Impostos no país:		
PIS/COFINS	8.792	9.762
Outros impostos	74	75
	8.866	9.837

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Imobilizado		Contas a receber	Total
	Diferença depreciação vida útil	Arrendamento mercantil financeiro	Arrendamento mercantil financeiro	
Em 31 de dezembro de 2014	4.036	(23.744)	21.738	2.030
Reconhecido no resultado do período	950	-	1.767	2.717
Em 31 de dezembro de 2015	4.986	(23.744)	23.505	4.747
Impostos diferidos ativos				-
Impostos diferidos passivos				4.747
Em 31 de dezembro de 2015				4.747

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 31 de dezembro de 2015, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2016 em diante	-	4.747
Parcela registrada contabilmente	-	4.747
Parcela não registrada contabilmente	16.911	-
Total	16.911	4.747

Em 2015 a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social de R\$ 49.609 (R\$ 52.130 em 2014), sobre a qual não houve constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo. A administração da Companhia vem monitorando a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do contrato de disponibilidade de máquinas, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

12.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2015	2014
Lucro antes dos impostos	23.711	14.236
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	(8.062)	(4.840)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	23	21
Arrendamento financeiro	761	717
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	813	368
Compensação de imposto de renda e contribuição	1.874	870
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(4.591)	(2.864)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.717)	(2.030)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.874)	(834)

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	19%	20%
--	-----	-----

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2015, que está sendo encaminhado pela administração da Baixada Santista à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016, no montante de R\$ 3.877, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2015
Lucro líquido do exercício	19.120
Apropriação:	
Prejuízo acumulado	(15.368)
Reserva legal	(188)
Lucro básico para determinação do dividendo	3.564
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	891
Dividendos adicionais propostos	2.673
Total de dividendos propostos	3.564

13.4. Resultado por ação

	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Baixada Santista Energia S.A.	19.120	11.372
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	0,06	0,04

14. Receitas

	2015	2014
Receita financeira - arrendamento	75.460	66.551
Encargos sobre o arrendamento	(6.980)	(6.156)
Receita líquida	68.480	60.395

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Despesa por natureza

	2015	2014
Arrendamento do ativo de geração de energia elétrica	(69.131)	(65.151)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(7.745)	(6.379)
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(319)	(380)
Depreciação e amortização	(5.865)	(5.865)
PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro	(2.219)	(2.219)
Outros	(2.491)	(1.167)
	(87.770)	(81.161)
Custo dos produtos e serviços prestados	(76.876)	(71.530)
Gerais e administrativas	(6.354)	(6.329)
Tributárias	(4.540)	(3.302)
	(87.770)	(81.161)

16. Resultado financeiro líquido

	2015	2014
Juros sobre impostos pagos em atraso e contratos diversos	(54)	(36)
Receita sobre arrendamento financeiro	20.508	20.904
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	4.614	2.912
Atualização monetária sobre arrendamento financeiro	15.233	9.736
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	2.700	1.489
Resultado financeiro líquido	43.001	35.005
Receitas	25.122	23.816
Despesas	(54)	(36)
Variações monetárias, líquidas	17.933	11.225
	43.001	35.005

17. Processos judiciais e contingências

17.1. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais não provisionados cuja probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

A Companhia não constitui provisão para perda por considerar as estimativas de perda das ações em curso como possível ou remota.

O passivos contingente estimado para o processo judicial em 31 de dezembro de 2015 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível é apresentada na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa
Cível	1.150

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

Descrição do processo de natureza cível	Estimativa
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	
1) Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária.	
Situação atual: Considerando que a BSE não logrou êxito na esfera administrativa, foi impetrado ação ordinária com pedido de liminar para a suspensão da exigibilidade da multa.	1.150

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora, Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e à orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15	6
Contas a receber, líquidas	41.339	9.694
	41.354	29.647
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	97.722	91.239
	139.076	120.886
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.075	1.083

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

18.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

18.3. Gerenciamento de risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

18.4. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado às contas a receber de clientes é por prerrogativas legais para a suspensão de prestação de serviços a inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda e compra de energia, realizadas no âmbito do CCEE, está sujeita a modificação, dependendo de decisões judiciais ainda em andamento, movidas por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem de interpretação de regras do mercado.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus clientes principalmente com base no histórico de operações e recebimento e com base em análise de crédito.

O risco de crédito associado ao contas a receber do arrendamento mercantil é atenuado por possuir como único cliente sua controladora Petrobras, que possui reconhecida solidez.

18.5. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de locação, necessárias aos negócios. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18.6. Seguros (não auditado)

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMÉTRIO SHEENY COUTINHO
Conselheiro

MÁRCIO FLÁVIO AMARAL DE SOUZA
Conselheiro

CIDNEY ARANTES CARRASQUEL COELHO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

DIAMANTINO RIBEIRO MARQUES BENTO
Diretor Técnico

FERNANDO HOMEM DA COSTA FILHO
Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001.137/O-0
LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA
Contadora
CRC 081003/O-8